

DPS
CP/CAEM 2021
2ª AVALIAÇÃO SOMATIVA
FICHA AUXILIAR DE CORREÇÃO
(UMA SOLUÇÃO)

Aluno nº

GEOGRAFIA

1ª QUESTÃO (Valor 6,0)

Comparar as Regiões Nordeste e Centro-Sul do Brasil no tocante às expressões econômica e psicossocial, **concluindo** sobre as ações governamentais já implementadas objetivando a inclusão social.

1. MÉTODO

TOTAL: 180 (cento e oitenta) escores					
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO		ESCORES	ESC Alu
Introdução (10% a 15%) Identificação do objeto correto	M1	Abordagem da ideia central.		6	
	M2	Delimitação do espaço geográfico e/ou do tempo.		6	
	M3	Ideias complementares relacionadas com a questão que evidenciem uma preparação correta para o desenvolvimento.		4	
	M4	Não elaboração da introdução de forma abrupta.		3	
	M5	Não antecipação de partes do desenvolvimento.		4	
	M6	Ligação com o desenvolvimento.		2	
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO		ESCORES	ESC Alu
Desenvolvimento (55% a 70%) Compreensão do nível de desempenho/ Identificação do objeto correto	M7	Divisão da solução em introdução, desenvolvimento e conclusão.		5	
	M8	Divisão do todo em partes coerentes.	Totalmente.	10	
			Mais da metade das partes está coerente com o todo.	6	
			Menos da metade das partes está coerente com o todo.	4	
			Divisão sem coerência.	0	
	M9	Comparação dos objetos obedecendo aos mesmos referenciais (fatores de comparação).	Totalmente.	20	
			Empregou mais da metade dos referenciais corretamente.	6	
			Empregou menos da metade dos referenciais corretamente.	4	
			Não empregou os referenciais corretamente.	0	
	M10	Identificação da coerência das ideias com o objeto.	Totalmente.	15	
			Atendimento em mais da metade das ideias.	6	
			Atendimento em menos da metade das ideias.	3	
			Não atendimento das ideias.	0	
	M11	Comparação das ideias com ligação de causa e efeito.	Totalmente.	25	
			Mais da metade das ideias com ligação.	15	
			Menos da metade das ideias com ligação.	10	
Ideias sem ligação.			0		
M12	Elaboração das conclusões parciais.	De forma dedutiva.	30		
		Limitando-se a resumir.	5		
		Não elaborou as conclusões parciais.	0		
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – CONCLUSÃO		ESCORES	ESC Alu
Conclusão (20% a 30%) Compreensão do nível de desempenho.	M13	Retomada da ideia central.		5	
	M14	Elaboração da síntese coerente com as conclusões parciais.	Com as ideias essenciais e de forma dedutiva.	20	
			Parcialmente com as ideias essenciais.	10	
		Não elaborou a síntese ou limitou-se a resumir.	0		

Conclusão (20% a 30%) Compreensão do nível de desempenho.	M15	Conclusão baseada nos aspectos desenvolvidos (lógica).	Na conclusão, todas as ideias têm suporte na introdução ou no desenvolvimento.	15	
			Na conclusão, mais da metade das ideias tem suporte na introdução ou no desenvolvimento.	10	
			Na conclusão, menos da metade das ideias tem suporte na introdução ou no desenvolvimento.	2	
			Ideias sem suporte.	0	
	M16		Elaboração do parágrafo conclusivo.	10	
Subtotal – MÉTODO				180	

2. CONHECIMENTO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO	ESCORES	ESC Alu
Introdução (10% a 15%) Algumas ideias	C1	O território brasileiro é dividido, segundo critérios geoeconômicos, em três complexos regionais: o Centro-Sul (CS), a Amazônia (Am) e o Nordeste (NE). Dentre eles, o NE e o CS foram os primeiros a serem povoados no País. Em razão dos ciclos econômicos dos séculos XVI e XVII, esses complexos regionais receberam as primeiras vilas, de onde se irradiaram a colonização e a expansão territorial brasileiras. O desenrolar da história nacional levou o NE e o CS a desenvolverem duas realidades distintas sob os pontos de vista econômico e psicossocial.	10	
	C2	O complexo regional NE é formado pela porção norte de Minas Gerais; pelo leste do Maranhão; além dos nove estados da Região Nordeste: Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Maranhão e Piauí. Possui a segunda maior população e a terceira maior extensão de terras do Brasil.	10	
	C3	Já o CS engloba os estados da Região Sul; a maior parte da Região Sudeste (exceção para o norte do estado de Minas Gerais); e partes das Regiões Centro-Oeste e Nordeste. É uma região geoeconômica de superlativos econômicos e populacionais, tanto em âmbito nacional quanto continental.	10	
	C4	Apesar de serem o berço da colonização brasileira, mostram-se significativas as discrepâncias socioeconômicas que evidenciam o abismo entre as duas regiões em termos de desenvolvimento e inclusão social. Enquanto o CS alavanca a economia nacional e detém os melhores índices nas áreas sociais, o NE tem carecido do apoio governamental mormente em razão da mazela da seca e de sua economia acanhada.	8	
	C5	Neste contexto, serão comparados os complexos regionais NE e CS do Brasil, no que concerne à expressões econômica e psicossocial, concluindo a respeito das ações governamentais já implementadas com o objetivo de fomentar a inclusão social.	2	
	C6	Outras ideias julgadas pertinentes.	10	
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO	ESCORES	ESC Alu
Desenvolvimento (55% a 70%) Ideias		a. Comparação dos complexos regionais NE e CS na expressão econômica		
	C7	Indústria. O NE concentra o menor parque industrial do País, com suas fábricas instaladas na Zona da Mata, voltadas à agroindústria ou a setores específicos. O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) tem promovido incentivos fiscais e repassado os Fundos de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no contexto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a fim de minimizar as disparidades em relação aos setores industriais de outras regiões. Em contraponto, as indústrias do CS são heterogêneas, mais concentradas nos eixos Rio de Janeiro – São Paulo e Belo Horizonte – Porto Alegre, constituindo-se no maior parque industrial da América Latina, ao abranger as indústrias de base, de transformação e de alta tecnologia.	5	
	C8	Tecnologia. Os complexos tecnológicos nordestinos são menos numerosos que os do CS. Dentre as ilhas de desenvolvimento tecnológico, destaca-se Recife, com o Porto Digital, com suas incubadoras de empresas no setor de tecnologia da informação, “start ups” etc. Com concentração e incidência visivelmente superior ao NE, o CS apresenta os maiores polos tecnológicos do Brasil, como São José dos Campos, Campinas, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre, que aliam a tecnologia aos complexos empresariais e industriais.	5	

<p>Desenvolvimento (55% a 70%)</p> <p>Ideias</p>	C9	Transportes. O NE carece de melhorias das condições das estradas, possui uma pequena extensão de ferrovias e tem seus aeroportos concentrados nas capitais. O MDR tem atuado no sistema de transportes nas cidades do NE com intuito de facilitar suas redes e sua mobilidade urbana. Em contrapartida, a infraestrutura de transportes do CS é a mais desenvolvida do Brasil em todos os modais, sendo dotada de uma malha rodoferroviária capilarizada, além de razoável infraestrutura aeroportuária.	5	
	C10	Comunicações. O complexo regional nordestino concentra sua infraestrutura de comunicações nas capitais da Zona da Mata. As demais sub-regiões fisiográficas são muito deficitárias em serviços de telecomunicações e “internet”, comprometendo o desenvolvimento da economia regional. Diferentemente, os sistemas de comunicações no CS atendem adequadamente às necessidades regionais, proporcionando ligações eficientes e favorecendo o desenvolvimento econômico. Os serviços de telefonia e provisão de acesso à “internet” com altas velocidades são serviços comuns em praticamente todas as cidades desse complexo.	5	
	C11	Energia. O NE tem destacado potencial energético quando se trata de energias limpas e alternativas, com destaques para eólica (maior potencial do mundo), maremotriz (no Ceará) e biomassa (pelo aproveitamento do bagaço de cana-de-açúcar). Entretanto, a provisão e o consumo ainda são baixos diante da população nordestina. Já o O CS tem elevado potencial energético, sendo fartamente provido de energia a fim de viabilizar suas atividades econômicas. É a única região geoeconômica que tem, em sua matriz energética, a energia nuclear (em Angra dos Reis-RJ) e conta ainda com Itaipu, a 2ª maior usina hidrelétrica do mundo, no seu rol de geradoras. Entretanto, conta com acanhado emprego de fontes alternativas em sua matriz energética.	5	
	C12	Comércio. Apesar de apresentar uma tímida evolução ao longo dos últimos anos, o comércio no NE ainda é pouco expressivo proporcionalmente à considerável população e ao turismo que atrai. Já o setor comercial do CS é bastante desenvolvido, sendo o mais dinâmico do País e responsável por uma imensa geração de empregos e renda. Corresponde à maior parcela do mercado interno brasileiro, tanto pela população numerosa quanto pelo poder aquisitivo. Para dirimir o hiato econômico regional, o MDR tem promovido incentivos fiscais no contexto da PNDR, que visam a estimular a formação do capital fixo e social no NE, com o objetivo de gerar emprego e renda e estimular o desenvolvimento econômico e inclusão social.	5	
	C13	Agropecuária. Tal atividade, no CS, é bastante desenvolvida e utiliza-se de modernas técnicas. Apresenta os complexos agroindustriais (CAI), nos quais parte significativa de sua produção é voltada para a exportação. Destacam-se os rebanhos do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Já a agropecuária nordestina ainda está aquém do seu potencial, pela carência de técnicas modernas, pela persistência do latifúndio monocultor, pela inclemência da seca e pela inépcia na gestão da irrigação, contribuindo menos do que poderia com a economia regional. O MDR tem promovido a irrigação no NE, com a integração do Rio São Francisco, que atenderá a 12 milhões de pessoas (390 municípios) em Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.	7	
	C14	Estrutura fundiária. O latifúndio por dimensão e de caráter monocultor é uma herança histórica nordestina do ciclo da cana-de-açúcar, que ainda persiste, no Agreste, na monocultura de fumo e soja e na própria cana e, no Sertão e Zona da Mata, com a pecuária bovina e algodão. No CS, há a incidência tanto de grandes quanto médias propriedades classificadas, no prisma fundiário, como empresas rurais. Em ambas as regiões geoeconômicas, há a incidência de pequenas propriedades familiares, porém mais frequentes no CS.	5	
	C15	Mão de obra. Em virtude do nível de instrução mais elevado, pela atuação dos sistemas público e privado de educação, além dos programas de capacitação de mão de obra das próprias empresas (sistema “S”), o CS apresenta recursos humanos mais aptos ao desempenho de atividades nos setores secundário e terciário. Em contrapartida, o deficit educacional faz com que o NE seja fornecedor de mão de obra não especializada para outras regiões geoeconômicas, inclusive o CS.	5	
	C16	Participação no produto interno bruto (PIB) nacional. O CS ainda tem concentrada mais da metade do PIB brasileiro. O NE tem um PIB proporcionalmente incompatível com seu porte, representando apenas cerca de 15% do PIB nacional. Tal indicador representa a discrepância de desenvolvimento econômico entre as regiões.	5	

		Conclusão Parcial		
Desenvolvimento (55% a 70%) Ideias	C17	Infere-se parcialmente que os complexos regionais NE e CS encontram-se em polos opostos da economia nacional. O CS, apesar de ter sofrido uma discreta retração econômica na indústria e setor de serviços recentemente, continua alavancando o crescimento nacional com o agronegócio, enquanto o NE ainda demonstra requerer o apoio governamental para viabilizar sua economia, combatida pela seca e pela falta de infraestrutura, dentre outros problemas sistêmicos. Por conseguinte, o MDR tem priorizado seus projetos e ações na infraestrutura no NE e CS, a fim de diminuir as disparidades sociais regionais e promover a inclusão social, por via da geração de emprego e renda.	25	
		b. Comparação dos complexos regionais NE e CS na expressão psicossocial		
	C18	Expectativa de vida. No NE, a expectativa de vida encontra-se em torno dos 71 anos, enquanto no CS o índice orbita os 77 anos, segundo o IBGE (em 2018). As maiores discrepâncias entre as regiões ora comparadas encontram-se entre os estados de Minas Gerais e Maranhão, de quase 8 anos no índice em pauta.	5	
	C19	Saneamento básico. Relaciona-se à gestão sistêmica do abastecimento de água potável, do manejo de água pluvial, da coleta e tratamento de esgoto, da limpeza urbana, do manejo de resíduos sólidos, dentre outras atividades visando à saúde comunitária. Neste quesito, o NE apresenta profundas carências decorrentes da desordem urbana, inclusive das capitais. O CS, apesar de urbanamente mais organizado e provido de serviços de saneamento, apresenta focos de saneamento básico deficientes nas periferias urbanas e algumas áreas rurais. O marco legal do saneamento básico, recentemente aprovado, deve dirimir a disparidade entre os complexos regionais em questão, inclusive por intermédio de aporte de recursos privados. O MDR tem diversas ações e programas ligados direta ou indiretamente ao saneamento básico, envolvendo habitação e segurança hídrica, favorecendo a população nordestina e aos bolsões de pobreza urbanas e rurais do CS.	5	
	C20	Mortalidade infantil. A mortalidade infantil tem causas normalmente evitáveis e está muito relacionada às condições de saneamento básico, ao acesso às vacinas e ao atendimento de saúde. Apesar de não ter o maior índice nacional, o NE tem apresentado o desconfortável índice de 17 óbitos por mil nascidos vivos. No outro extremo, encontra-se o CS, com menos de 12 por mil, abaixo da média nacional (cerca de 13 por mil).	7	
	C21	Renda. A renda per capita nordestina (cerca de 800 reais) é praticamente a metade da do CS, haja vista os fatores econômicos já comparados, o que evidencia o hiato socioeconômico entre as 2 regiões. A diferença de renda das macrorregiões é um reflexo da discrepância conjuntural econômica inequívoca entre o NE e o CS.	5	
	C22	Educação. Apesar de inúmeros índices serem necessários para se obter um perfil da educação de determinada região, foram focados apenas os mais emblemáticos: a taxa de analfabetismo e a média de anos de estudo da população entre 18 e 19 anos de idade, no período de 2019. O NE, segundo o levantamento do IBGE, apresentou a menor média de anos de estudo do país, com cerca de 10 anos por pessoa. No CS, que possui a melhor média, cada pessoa tem cerca de 12 anos de estudo. O NE apresentou a maior taxa de analfabetismo (cerca de 14%). Isto representa uma taxa, aproximadamente, três vezes maior do que a taxa estimada para o CS (com 4,5%). A educação deficiente torna o NE um fornecedor de mão de obra não especializada.	8	
	C23	Índice de desenvolvimento humano (IDH). Como consequência de diversos aspectos, tais como falta de emprego, baixa renda, dificuldades de transportes, carências nas áreas de saúde e educação, saneamento básico deficiente, dentre outras, o NE é complexo regional que possui o menor IDH do País: em torno de 0,6 (abaixo do IDH nacional de 0,7). Este indicador revela, de forma sintética, as dificuldades da vida do nordestino em relação aos habitantes do CS, cujo IDH está em torno de 0,8, melhor qualidade de vida do Brasil entre as regiões geoeconômicas. Tal fato se justifica pela infraestrutura bem mais adequada, pela boa oferta de emprego, renda mais elevada e melhores condições de transportes, saúde, educação e saneamento básico.	5	

Desenvolvimento (55% a 70%) Ideias	C24	Assistência de saúde. O NE possui uma rede hospitalar precária, sobretudo no setor público (em que pese apresentar ilhas de normalidade nas capitais), tanto em quantidade quanto em qualidade, sofrendo ainda mais com a carência de profissionais de saúde especializados, haja vista a evasão provocada pela alta atratividade despertada nesses profissionais pelas outras regiões mais desenvolvidas. O referido óbice tem sido minimizado com programas governamentais como o Mais Médicos e outros de interiorização e fixação de profissionais de saúde. Já o CS conta com estabelecimentos de saúde dotados de equipamentos de alta tecnologia, formando uma grande rede hospitalar, com hospitais públicos e privados, dotada de especialistas capacitados nas mais diversas áreas.	5		
	C25	Circulação social (migrações internas). O CS, principalmente os estados do Sudeste, historicamente sempre foi um polo de atração de diversas correntes migratórias provenientes principalmente do NE. Atualmente, este quadro vem sendo mudado com a expansão da fronteira agrícola para a Amazônia, fator que tem se constituído em um atrativo para populações de diversas outras regiões. As migrações internas rural-urbanas (êxodo rural), ocorridas de forma massiva no sentido Nordeste – Sudeste, parecem apresentar visível esgotamento. Com os centros urbanos completamente saturados e repletos de problemas sociais, não há mais um grande atrativo nessas cidades para a recepção de novos migrantes. Além disso, há em processo uma desconcentração industrial no País, o que vem colaborando para um gradativo reordenamento dos fluxos migratórios.	8		
	Conclusão Parcial				
	C26	Pode-se concluir preliminarmente que o hiato social entre o NE e o CS é um reflexo das disparidades econômicas entre as regiões ora comparadas. Apresenta causas multifatoriais e tem sido foco de ações do MDR para minimizar as desigualdades regionais e fomentar a inclusão social, pela universalização efetiva do acesso a serviços públicos de caráter básico.	25		
	C27	Outras ideias julgadas pertinentes.	20		
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – CONCLUSÃO	ESCORES	ESC Aiu	
Conclusão (20% a 30%) Ideias	C28	A existência de grandes discrepâncias econômicas e sociais entre o CS e o NE decorre de uma série de fatores conjunturais, fisiográficos e históricos.	7		
	C29	Em síntese, pode-se inferir que a atuação de caráter global do Estado Brasileiro, por intermédio do MDR, tem procurado fomentar a economia nordestina, ao incentivar o desenvolvimento de suas potencialidades no intuito de minimizar o desnível socioeconômico não somente em relação ao CS, mas também relativo atendimento das necessidades básicas, próprias do contexto psicossocial do NE.	30		
	C30	Para dirimir o hiato econômico regional, o MDR tem promovido incentivos fiscais no contexto da PNDR, que visam estimular a formação do capital fixo e social no NE, a fim de gerar emprego e renda e estimular o desenvolvimento econômico e social.	8		
	C31	De igual forma, o MDR tem atuado por intermédio de ações executivas e programas para redução das disparidades sociais entre NE e CS nas áreas do saneamento básico e da segurança hídrica, dentre outras.	5		
	C32	Por derradeiro, pode-se concluir, de forma inequívoca, que o abismo de desenvolvimento econômico e social entre o NE e o CS brasileiros pode ser transposto com o impulso, capitaneado pelo Estado, aos setores da economia e da infraestrutura, com o fito de gerar emprego e renda e ampliar o acesso aos serviços básicos necessários à população do NE. Tal ação estatal tende a fomentar a inclusão social dos menos favorecidos nos quistos de pobreza do complexo regional nordestino.	10		
	C33	Outras ideias julgadas pertinentes.	20		
Subtotal – CONHECIMENTO			300		

3. EXPRESSÃO ESCRITA

TOTAL: 120 (cento e vinte) escores			
PARÂMETRO	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS	ESCORES	ESC Alu
(A) COERÊNCIA: as ideias são encadeadas de modo a respeitar a ordenação lógica do pensamento; o autor não se contradiz.	A1: Desenvolvimento incompreensível, incoerente, ilógico ou contraditório devido à inexistência de articulação de ideias e/ou a excessivas contradições.	0 (1)	
	A2: Desenvolvimento parcialmente compreensível, embora fragmentado, com má articulação de ideias. Há contradições que não dificultam a compreensão, coerência e lógica global, mas registram dificuldade de compreensão localizada.	10	
	A3: Desenvolvimento compreensível, coerente, lógico e sem contradições, no qual todas as ideias apresentadas são desenvolvidas, proporcionando leitura fluente.	20 (2)	
(B) CLAREZA: o texto claro reflete a limpidez do pensamento, facilita a pronta percepção e jamais obriga o leitor a retornar para entender melhor alguma parte.	B1: Texto pouco claro como um todo, obrigando retornos frequentes do leitor.	0 (1)	
	B2: Ocorrência de pouca clareza em partes do texto.	10	
	B3: Texto suficientemente claro, de fácil entendimento do leitor.	25 (2)	
(C) OBJETIVIDADE: caracteriza-se pela economia verbal, sem prejuízo da eficácia da comunicação do pensamento. O bom texto vai direto ao ponto, desenvolve-se de maneira sóbria e retilínea e evita divagações inúteis, muitas vezes propositais (expediente infantil, usado para aumentar o texto sem lhe conferir qualidade). O exagero da objetividade leva ao laconismo, comprometendo a clareza, ou redundando em omissão de conteúdo.	C1: É pouco objetivo, vago e com divagações inúteis na (quase) totalidade do texto.	0 (1)	
	C2: É parcialmente objetivo em determinadas partes do texto.	10	
	C3: É objetivo, com linguagem direta e preciso na exposição das suas ideias.	20 (2)	
(D) COESÃO: avalia-se o emprego de elementos coesivos: pronomes, conjunções, preposições, tempos verbais, pontuação.	D1: Inobservância total dos elementos que efetuam a coesão dentro dos parágrafos e/ou entre os parágrafos. Pouco coeso.	0 (1)	
	D2: Emprego inadequado dos elementos da coesão.	5	
	D3: Empregou parcialmente os elementos coesivos.	10	
	D4: Emprego correto e diversificado dos elementos coesivos, gerando texto coeso.	15 (2)	
(E) CORREÇÃO GRAMATICAL	E1: Ortografia.	10 (4)	
	E2: Pontuação.	10 (4)	
	E3: Concordância.	10 (4)	
	E4: Regência.	10 (4)	
Subtotal – EXPRESSÃO ESCRITA		120	

OBS: (1) Grau mínimo. (2) Grau máximo. (3) Atribuir somente um valor que melhor se enquadre na avaliação do item considerado. Pode haver um valor intermediário. (4) Retirado 1 (um) escore por erro.

RESULTADO DA QUESTÃO			
ESCORES / GRAU BRUTO MÁXIMO (600 escores = Nota 6,00)		600	6,00
ESCORES / GRAU BRUTO OBTIDO			

2ª QUESTÃO (Valor 4,0)

Apresentar os principais programas e ações governamentais brasileiros na área da educação, **destacando** seus possíveis reflexos na democratização do acesso educacional.

1. MÉTODO

TOTAL: 80 (oitenta) escores					
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO		ESCORES	ESC Alu
Introdução (10% a 20%)	M1	Abordagem da ideia central.		3	
	M2	Delimitação do espaço geográfico e/ou do tempo.		3	
	M3	Ideias complementares relacionadas com a questão que evidenciem uma preparação correta para o desenvolvimento.		3	
	M4	Não elaboração da introdução de forma abrupta.		2	
	M5	Não antecipação de partes do desenvolvimento.		2	
	M6	Ligação com o desenvolvimento.		2	
Identificação do objeto correto					
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO		ESCORES	ESC Alu
Desenvolvimento (80% a 90%)	M7	Divisão da solução em introdução e desenvolvimento.		5	
	M8	Atendimento da imposição da servidão (citação e justificativa das ideias ou somente justificativa).	Em todas as ideias.	10	
			Em mais da metade das ideias.	5	
			Em menos da metade das ideias.	2	
			Em nenhuma das ideias.	0	
	M9	Identificação da coerência das ideias com o objeto.	Em todas as ideias.	15	
			Em mais da metade das ideias.	10	
			Em menos da metade das ideias.	5	
			Em nenhuma das ideias.	0	
	M10	Citação e justificativa das ideias com ligação de causa e efeito.	Em todas as ideias.	20	
			Em mais da metade das ideias.	15	
			Em menos da metade das ideias.	10	
			Em nenhuma das ideias.	0	
	M11	Atendimento da imposição do destaque.	Em todas as ideias.	15	
			Em mais da metade das ideias.	10	
Em menos da metade das ideias.			5		
Em nenhuma das ideias.			0		
Subtotal – MÉTODO				80	

2. CONHECIMENTO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO		ESCORES	ESC Alu
Introdução (10% a 20%)	C1	O Ministério da Educação (MEC) é o órgão do Governo Federal que tem a incumbência de implementar o Plano Nacional de Educação (PNE), que é materializado por ações, projetos e programas educacionais nos seus três níveis: educação básica, nível médio e a educação superior.		7	
	C2	Em que pese o Brasil ser o país de crescimento mais pujante da América do Sul, suas potencialidades são influenciadas pela flagrante desigualdade social, que tem como uma das causas principais o acesso à educação. Tal problema é perceptível em todos os níveis e constitui-se em um contundente óbice à mobilidade social.		8	
	C3	O entendimento do acesso à educação não se restringe meramente à expansão do quantitativo de vagas, mas abrange outros quesitos, como a permanência e a qualidade pedagógica dos cursos ofertados. Está vinculado às questões da desigualdade de classes e da inclusão social, que contrariam os princípios da universalização e da igualdade de condições, previstos na legislação sobre o tema.		6	
	C4	Vários dos programas governamentais têm ido de encontro a essa problemática, ao enfatizar o acesso dos segmentos sociais que historicamente têm seu ingresso menos incidente nos diversos níveis educacionais.		7	
	C5	Neste contexto, serão apresentados os principais programas e ações governamentais brasileiros na área da educação, destacando seus possíveis reflexos na democratização do acesso educacional.		2	
	C6	Outras ideias julgadas pertinentes.		20	
Algumas ideias					

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO	ESCORES	ESC Alu
Desenvolvimento (80% a 90%) Algumas ideias	C7	Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). É uma ação do MEC em parceria com o Ministério da Defesa, que visa contribuir para a melhoria da Educação Básica do Brasil, a partir da implantação do modelo MEC de Escolas Cívico-Militares (Ecim). Esse modelo é baseado no padrão de alto nível dos Colégios Militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Cabe ressaltar que o aumento de vagas conjugado às melhorias de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa têm o intuito de ampliar o acesso à educação de qualidade.	10	
	C8	Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNem). Visa a apoiar técnica e financeiramente as unidades federativas na implementação do Novo Ensino Médio, com a adoção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), novos itinerários formativos, bem como com o aumento da carga horária de 800 para 1000 horas anuais. Aliará a melhoria qualitativa à quantitativa no Ensino Médio nacional.	10	
	C9	Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil – Novos Estabelecimentos (Proinfância). O programa promove a transferência de recursos financeiros do governo federal para os municípios e o Distrito Federal, para a manutenção de novos estabelecimentos públicos da educação infantil. Pretende-se ampliar a oferta e melhoria da qualidade da educação infantil, promovendo o acesso, permanência e aprendizagem com equidade, em cumprimento ao estabelecido no PNE.	10	
	C10	Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). Tem o objetivo de apoiar a ampliação da oferta de educação em tempo integral nas unidades federativas, por intermédio da transferência de recursos para as secretarias estaduais e distrital de educação. Com a implementação do programa, anseia-se dilatar a jornada escolar e a qualidade da formação básica, incentivando o acesso e reduzindo a evasão escolar.	10	
	C11	Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir). Objetiva promover o desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, para garantir o pleno acesso de pessoas com deficiência. Tem como metas a adequação arquitetônica ou estrutural de espaço físico reservado à instalação e funcionamento da instituição (sanitários, alargamento de portas e vias de acesso, construção de rampas, instalação de corrimão e colocação de sinalização tátil e visual). Além disso, busca a formação de profissionais para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas e para o uso dos recursos de tecnologia assistiva, da Língua Brasileira de Sinais – Libras – e outros códigos e linguagens. O programa tem facultado o acesso e a permanência na universidade por pessoas com deficiência (PCD) e com problemas de acessibilidade.	15	
	C12	Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Criado em 2007, com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes. Tem como metas reduzir as taxas de evasão e de retenção na educação superior, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior e elevar as taxas de diplomação na educação superior. O programa tem democratizado o acesso e a permanência na universidade de estudantes de baixa renda, matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior e contribuído para a melhoria do desempenho acadêmico, ao reduzir as taxas de evasão e retenção.	20	
	C13	Programa Universidade para Todos (ProUni). Instituído em 2004, concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, para estudantes brasileiros ainda não graduados, em instituições privadas de ensino superior. Tem contribuído com a universalização do acesso ao curso superior no Brasil, com o envolvimento do setor privado.	20	

Desenvolvimento (80% a 90%) Algumas ideias	C14	Programa de Bolsa Permanência (PBP). Instituído em 2013, é uma política pública voltada à concessão de auxílio financeiro a estudantes de graduação matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), visando contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados. É voltado ao apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente indígenas e quilombolas, minimizar as desigualdades sociais e étnico-raciais e, ainda, promover a democratização do acesso ao ensino superior.	15	
	C15	Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Instituído por lei em 2001, o Fies é uma política educacional que concede financiamentos a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Atualmente o modelo de financiamento estudantil conta com duas modalidades: o Fies e o P-Fies (Programa de Financiamento Estudantil). A modalidade Fies é direcionada aos estudantes com renda familiar bruta de até três salários mínimos per capita e oferece taxa de juros reais zero. Para os estudantes com renda familiar bruta per capita de até um salário mínimo e meio, a operação é garantida pelo Fundo Garantidor Fies, o que elimina a necessidade de fiador tradicional. Já o P-Fies destina-se a estudantes com renda familiar bruta mensal per capita de até cinco salários mínimos. Trata-se de uma iniciativa em prol da inclusão socioeconômica na educação universitária.	20	
	C16	Programa Brasil Alfabetizado (PBA). É voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O PBA é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na Região Nordeste. O programa contribui com efetividade para a universalização do ensino fundamental no Brasil, ao atender uma faixa etária mais avançada.	10	
	C17	Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Visa a ampliar a oferta de EJA na modalidade presencial, no ensino fundamental e no médio, e contribuir para a expansão das matrículas em EJA, especialmente entre egressos do Programa Brasil Alfabetizado – PBA, populações do campo, comunidades quilombolas, povos indígenas e pessoas em cumprimento de pena em unidades prisionais, viabilizando o ingresso, a permanência e a continuidade de estudo de jovens e adultos com dificuldades de acesso à educação.	10	
	C18	Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext). Instituído em 2008, tem o objetivo de apoiar as instituições públicas e comunitárias de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão, que contribuam para a implementação de políticas públicas, com ênfase na inclusão social. A execução do Proext ocorre mediante o financiamento de programas e projetos de extensão universitária, elaborados por instituições federais, estaduais, municipais e comunitárias de educação superior.	10	
	C19	Outras ideias julgadas pertinentes.	30	
Subtotal – CONHECIMENTO			240	

3. EXPRESSÃO ESCRITA

TOTAL: 80 (oitenta) escores			
PARÂMETRO	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS	ESCORES	ESC Alu
(A) COERÊNCIA: as ideias são encadeadas de modo a respeitar a ordenação lógica do pensamento; o autor não se contradiz.	A1: Desenvolvimento incompreensível, incoerente, ilógico ou contraditório devido à inexistência de articulação de ideias e/ou a excessivas contradições.	0 (1)	
	A2: Desenvolvimento parcialmente compreensível, embora fragmentado, com má articulação de ideias. Há contradições que não dificultam a compreensão, coerência e lógica global, mas registram dificuldade de compreensão localizada.	5	
	A3: Desenvolvimento compreensível, coerente, lógico e sem contradições, no qual todas as ideias apresentadas são desenvolvidas, proporcionando leitura fluente.	10 (2)	

DIVISÃO DE PREPARAÇÃO E SELEÇÃO
Ficha de Observações

MÉTODO E CONHECIMENTO

Nr	OBSERVAÇÃO	Nr	OBSERVAÇÃO
1	Interpretou incorretamente a questão.	17	Escreveu ideias sem ligação de causa e efeito com o pedido.
2	Empregou incorretamente a SERVIDÃO.	18	Levantou pouca quantidade de ideias.
3	Equívocou-se na delimitação do tempo.	19	Desenvolveu as ideias de forma incompleta.
4	Equívocou-se na delimitação do espaço.	20	Não respondeu ao pedido formulado.
5	Não atendeu ao destaque imposto no enunciado.	21	Respondeu parcialmente ao pedido.
6	Empregou inadequadamente o verbo na 1ª pessoa (impessoalidade).	22	Apresentou argumentações vagas.
7	Equívocou-se conceitualmente.	23	Não dividiu o todo em partes coerentes conforme preconizado na publicação método para solução de questões.
8	Não aplicou corretamente a metodologia para solução de questões preconizada na publicação método e nas vídeoaulas.	24	Não observou que na questão do ND COMPREENSÃO o subtítulo (quando utilizado) deve ser a citação sintetizada do fato. Após o que, deve seguir a argumentação que sedimenta a ideia apresentada (relação de causa e efeito).
9	Não terminou a solução de toda a questão.	25	Não atentou que na questão do ND COMPREENSÃO NÃO é obrigatório fazer CONCLUSÕES, exceto quando claramente explicitado no pedido.
10	Não elaborou a introdução.	26	Não elaborou as conclusões parciais.
11	Antecipou ideias do desenvolvimento na introdução.	27	Redigiu inadequadamente a conclusão parcial.
12	Redigiu introdução vaga.	28	Não retornou à ideia central no início da conclusão.
13	Não abordou a ideia central no início da introdução.	29	Concluiu sobre ideias não constantes do desenvolvimento.
14	Confeccionou introdução fora do assunto pedido.	30	Não elaborou o parágrafo conclusivo.
15	Redigiu introdução contendo poucas ideias consideradas válidas.	31	Não atendeu à imposição da questão na conclusão.
16	Não estabeleceu a ligação da introdução com o desenvolvimento.	32	Não elaborou a conclusão.

EXPRESSÃO ESCRITA

Nr	OBSERVAÇÃO	Nr	OBSERVAÇÃO
33	Cometeu erros de acentuação gráfica.	43	Não redigiu corretamente parágrafo, frase e/ou período.
34	Cometeu erros de concordância verbal.	44	Escreveu palavra inexistente.
35	Cometeu erros de concordância nominal.	45	Repetiu excessivamente uma palavra.
36	Cometeu erros de pontuação.	46	Redigiu texto com rasuras.
37	Cometeu erros de regência verbal.	47	Não empregou a abreviatura e/ou sigla de maneira apropriada.
38	Cometeu erros de regência nominal.	48	Usou exageradamente a ordem inversa, comprometendo a clareza do texto.
39	Redigiu frase/parágrafo muito extenso.	49	Empregou palavra e/ou expressão de maneira inapropriada.
40	Redigiu frase/parágrafo confuso e de difícil compreensão.	50	Redigiu texto com caligrafia ruim, comprometendo o entendimento da solução.
41	Usou incorretamente as iniciais maiúscula/minúscula.	51	Não colocou entre aspas palavras em idioma estrangeiro.
42	Escreveu palavra com grafia incorreta.	52	Empregou termos do jargão militar.

As observações desta ficha servirão para a avaliação dos trabalhos escritos, com base nas Fichas Auxiliares de Correção (FAC).